



PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 029/2022.
DE 11 DE AGOSTO DE 2022.

**“DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO
CONCERTO DE BURACOS E VALAS ABERTAS,
MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO EM POSTES E
TORRES NAS VIAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO
MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE/MT E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE,
ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS
ATRIBUIÇÕES LEGAIS, APROVOU E O PREFEITO
MUNICIPAL AQUIESCENDO, SANCIONARÁ A
SEGUINTE LEI:**

ARTIGO 1º - A execução de obras de extensões, instalações, reparos e concertos em vias públicas, decorrentes de serviços de engenharia, ligações, pavimentações e instalações executados por concessionárias e/ou permissionárias de serviços públicos ou suas terceirizadas ou empresa privada que de qualquer modo impliquem intervenções sobre pavimentação da via, calçada (passeio), postes da rede energia elétrica, postes ou torres de serviço de telefonia e/ou internet a qualquer título, deverá ser obrigatoriamente ser comunicada à Secretaria de Obras e Serviços Públicos, através de protocolo, anexando registro fotográfico anterior ao início das obras.

ARTIGO 2º - Quaisquer obras referidas no artigo 1º desta Lei, que importem a execução de serviços sobre o pavimento da via pública e/ou do passeio, a exigir a retirada total ou parcial do pavimento, escavação, aterramento, perfuração, corte ou quaisquer outras medidas dessa natureza, extensão, instalação, ligação, reparos ou troca de rede ou cabeamento, somente poderão ser executadas mediante comunicação prévia e formal, através de protocolo, à Secretaria de Obras e Serviços Públicos e ao Departamento de Trânsito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.



Estado de Mato Grosso
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE
Biênio 2021/2022
Rua das Itaúbas, 72 – Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

I - O restabelecimento do pavimento da via ou logradouro público, meio-fio, sargeta, calçada (passeio), postes, torres deverá possuir as mesmas condições de qualidade, bem como o mesmo material, anteriores à sua execução, comprovados por meio de registro fotográfico.

§ 1º- Qualquer que seja a hipótese de execução dos serviços sobre a via ou logradouro público, é responsabilidade da executora restabelecer o pavimento removido ou atingido pelo serviço segundo padrões de qualidade do sistema viário exigidos de acordo com as especificações e normas do Código e Obras e demais Legislações vigentes do município de Guarantã do Norte/MT, adequados à utilização do espaço público para os fins a que se destina, tanto nas obras referidas no artigo 2º, bem como nas obras emergenciais referidas no artigo 3º.

§ 2º - Os serviços realizados em postes ou torres, conforme especificações do artigo 2º, jamais poderá deixar cabos e/ou fios pendentes nos postes ou torres, na rede de cabeamento, sobre calçadas (passeios), muros, ou logradouros, ficando adequado a utilização do espaço público para os fins a que se destina, tanto nas obras referidas no artigo 2º, bem como nas obras emergenciais referidas no artigo 3º.

§ 3º - Nos casos de substituição de rede de energia velha por rede de energia nova e consequentemente a implantação de novos postes, fica obrigatório a remoção imediatamente dos postes antigos.

ARTIGO 3º - Em se tratando de obras emergenciais cuja execução deva ser imediata para a não interrupção do serviço público, ou mesmo para prevenir a ocorrência de danos a própria integridade da via ou logradouro público atingido, a sua realização poderá ocorrer sem a comunicação referida no artigo 2º desta Lei, desde que:

I – Haja comunicação imediata ao Departamento de Trânsito;

II - Haja a comunicação a Secretaria de Obras e Serviços Públicos no 1º (primeiro) dia útil após o início da obra;

III - O restabelecimento do pavimento da via ou logradouro público, calçada, poste ou torre, deverá possuir as mesmas ou melhores condições de qualidade,



Estado de Mato Grosso
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE
Biênio 2021/2022
Rua das Itaúbas, 72 – Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

bem como o mesmo ou material superior, anteriores à sua execução, comprovados por meio de registro fotográfico.

ARTIGO 4º - É obrigatório o total e satisfatório conserto, com obras de tapa valas e buracos, postes ou torres, num prazo máximo de 12 (doze) horas, contados do término das obras realizadas em vias e passeios públicos, quando abertos buracos e valas para a realização de serviços de instalação, manutenção ou conserto das redes de água, esgoto, energia elétrica, gás, telefonia, internet e outras.

I- O prazo para conserto, referido no caput deste artigo, poderá ser estendido para até 36 (trinta e seis) horas, quando manifestada e comprovada a necessidade, por escrito, direcionada a Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

II - As obras de tapa valas e buracos terão garantias de qualidade do serviço de no mínimo, 12 (doze) meses, quando realizadas em logradouros, calçadas (passeios) ou qualquer espaço público.

ARTIGO 5º - A obrigação de que trata esta Lei é de responsabilidade das empresas concessionárias e/ou permissionárias de serviços públicos, ou ainda, empresa privada descritas no artigo primeiro desta Lei e outras que vierem a surgir, ainda que as obras que sido realizadas por terceiros por elas contratadas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em se tratando de obras executadas por empresas terceirizadas pelas prestadoras de serviços públicos, a concessionária e/ou permissionária do serviço ou empresa privada, responderá solidariamente pelos prejuízos causados ao patrimônio público, decorrentes da má execução dos serviços, conforme preconiza o Código Civil.

ARTIGO 6º - Enquanto perdurarem as obras realizadas pelas empresas concessionárias e/ou permissionárias de serviços públicos de água, esgoto, energia elétrica, gás, telefonia, TV a cabo, internet e outras, as vias e/ou passeios públicos deverão ser obrigatoriamente sinalizados pelas referidas empresas, isolando-os com placas que permitam a nítida visualização, inclusive noturna, além de garantir, com segurança, a passagem de pedestres e veículos.



Estado de Mato Grosso
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE
Biênio 2021/2022
Rua das Itaúbas, 72 – Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

ARTIGO 7º - Em caso de descumprimento do disposto nesta Lei, inclusive no que importa à qualidade do serviço realizado, a empresa concessionária e/ou permissionária do serviço público ou empresa privada responsável pela obra, e/ou sua terceirizada, será notificada pela Prefeitura para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, cumprir integralmente a obrigação, concernente em reparar a falha segundo padrões de qualidade estabelecidos nesta Lei, além de ser aplicada Multa no valor de 100 UPFG.

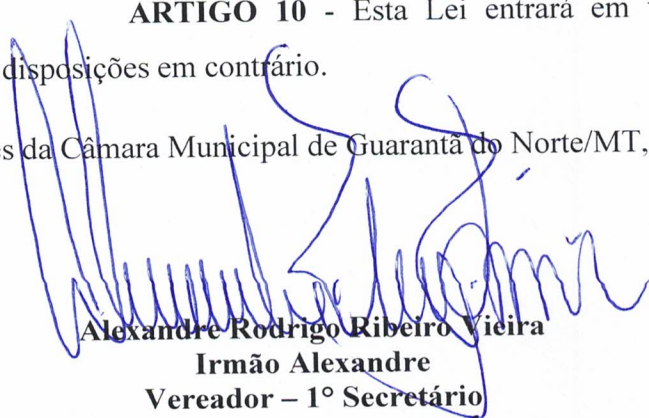
ARTIGO 8º - Caso a concessionária e/ou permissionária do serviço público e/ou sua terceirizada ou empresa privada, responsável pela execução das obras, não cumpram as determinações constantes no artigo 7º, referentes ao reparo das vias públicas segundo padrões de qualidade estabelecidos, o Poder Público poderá executar os serviços e, para fins de ressarcimento dos valores empregados, notificará a empresa responsável para pagamento no prazo a ser definido via Decreto Municipal, instruindo a notificação com demonstrativo dos custos de execução desses serviços, além da multa de 200 (duzentas) UPFG, assumindo o poder público a execução das obras, fica responsável em realizar a obra em prazo igual.

Parágrafo Único - O não ressarcimento dos valores referidos no caput deste artigo, bem como a ausência de pagamento da Multa estabelecida, importará na inscrição dos débitos na Dívida Ativa do Município, para sua cobrança judicial.

ARTIGO 9º - Esta Lei, será regulamentada pelo Poder Executivo, que determinará em forma de Decreto todo o procedimento de execução.

ARTIGO 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Guarantã do Norte/MT, 11 de agosto de 2022.



Alexandre Rodrigo Ribeiro Vieira
Irmão Alexandre
Vereador – 1º Secretário



Estado de Mato Grosso
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE
Biênio 2021/2022
Rua das Itaúbas, 72 – Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

MENSAGEM DO PLL Nº 029/2022.

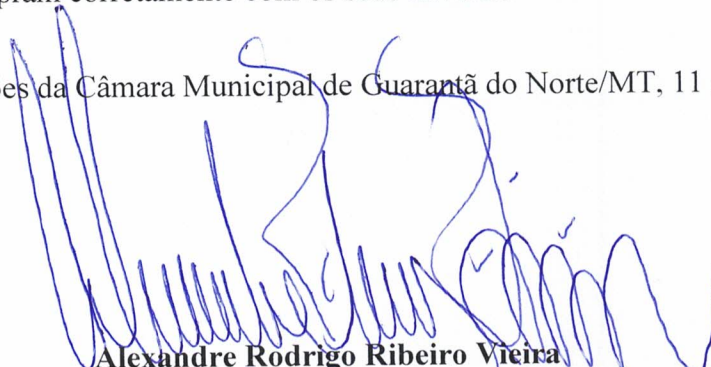
REFERENTE: PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 029/2022.

Senhor Presidente

Senhores (a) Vereadores (a),

É notório que em nossa querida Guarantã, o descaso, a negligência e a total falta de compromisso de algumas concessionárias, permissionárias e empresas, as quais não desenvolvem corretamente a sua função social e a devida prestação de serviço a comunidade. Devido a vários contratos que foram dolosamente ou negligentemente “mal elaborados” em administrações anteriores, o atual gestor se vê preso em laços burocráticos que engessam o Poder Executivo de tomar uma atitude proativa. Assim, o Poder Legislativo como parte integrante do Governo, também se vê obrigado a tomar uma atitude, qual seja, apresentar soluções plausíveis para que as prestadoras de serviço público, cumpram corretamente com os seus deveres.

Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Guarantã do Norte/MT, 11 de agosto de 2022.



Alexandre Rodrigo Ribeiro Vieira
Irmão Alexandre
Vereador – 1º Secretário



Estado de Mato Grosso

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

Rua das Itaúbas, 72 – Centro, Fone: (66) 3552-1920/1407

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

CONTROLE GERAL DE VOTAÇÃO

Sessão	18º Ordinária	Data	17/10/2022	Horas	19h30min
Ordinária	X				
Extraordinária					

Propositura	

Autor:	
--------	--

APROVADA	REPROVADA	BAIXADO COMISSÃO	PEDIDO DE VISTAS
<input checked="" type="checkbox"/>			

Nº	Senhores Vereadores	Voto
1	Alexandre R. Ribeiro Vieira	<input checked="" type="checkbox"/>
2	David Marques Silva	<input checked="" type="checkbox"/>
3	Demilson Camargo Martins	<input checked="" type="checkbox"/>
4	José Ferreira de França	<input checked="" type="checkbox"/>
5	Sandra Martins	<input checked="" type="checkbox"/>
6	Silvio Dutra da Silva	<input checked="" type="checkbox"/>
7	Valcimar José Fuzinato	<input checked="" type="checkbox"/>
8	Valter Neves de Moura	<input checked="" type="checkbox"/>
9	Zilmar Assis de Lima	<input checked="" type="checkbox"/>

AB	Abstenção
A	Ausente
P	Exercendo a Presidência
S	Sim
N	Não



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

Parecer nº: 031/AJUR/2022

Interessada: Câmara Municipal de Guarantã do Norte-MT.

Assunto: PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 029/2022 DE AUTORIA DO EXCELENTÍSSIMO VEREADOR ALEXANDRE RODRIGO RIBEIRO VIEIRA – VÍCIO DE INICIATIVA.

Guarantã do Norte-MT, 19 de agosto de 2022.

Trata-se de projeto de lei do Legislativo nº 029/2022, que dispõe sobre às concessionárias e permissionárias do Município, a obrigatoriedade do conserto de buracos e valas abertas, dentre outras obrigações.

É o relatório.

PARECER

A Carta Magna estabelece que a função legislativa é exercida pela Câmara dos Vereadores, que é órgão legislativo do município, em colaboração com o Prefeito, a quem cabe também o poder de iniciativa das leis, assim como o poder de sancioná-las e promulgá-las.

Dessa forma, a atividade legislativa municipal submete-se aos princípios esculpidos pela Constituições Federal e Estadual, dentre os quais, o da separação dos poderes¹, com estrita obediência à Lei Orgânica do município.

¹ Constituição Federal

Art. 2º- São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Constituição Estadual de Mato Grosso

Art. 9º- São poderes do Estado, independentes, democráticos, harmônicos entre si e sujeitos aos princípios estabelecidos nesta Constituição e na Constituição Federal, o legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 190- São poderes do município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

Em análise ao projeto de lei proposto, observa-se que este trata sobre a organização/estrutura municipal, além de impor obrigações às concessionárias e permissionárias municipais, podendo divergir dos contratos realizados entre estas e o Município, sendo que tal atribuição é exclusiva do Executivo.

Desta feita, em que pese a louvável iniciativa do Poder Legislativo, analisando a lei orgânica municipal, Constituição Federal, entendo que há vício de iniciativa no presente projeto de lei.

É o parecer, salvo melhor juízo.

PEDRO
HENRIQUE
GONCALVES

Assinado de forma
digital por PEDRO
HENRIQUE GONCALVES
Dados: 2022.08.19
15:06:39 -04'00'

Pedro Henrique Gonçalves

Assessor Jurídico

Portaria 011/2021